

# Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020



## **SUMÁRIO**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  BALANÇO PATRIMONIAL  DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  1. CONTEXTO OPERACIONAL  2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  3. RECEITA LÍQUIDA  4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS  5. RESULTADO FINANCEIRO.  6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO  7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA  8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS  9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)  10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS  11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS  12. OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER  13. OUTROS PASSIVOS  14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS  15. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR  16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	4
BALANÇO PATRIMONIAL  DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  1. CONTEXTO OPERACIONAL  2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  3. RECEITA LÍQUIDA  4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS  5. RESULTADO FINANCEIRO  6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO  7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA  8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS  9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)  10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS  11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS  12. OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER  13. OUTROS PASSIVOS  14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS  15. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR	5
1. CONTEXTO OPERACIONAL	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
3. RECEITA LÍQUIDA	9
3. RECEITA LÍQUIDA	12
5. RESULTADO FINANCEIRO	14
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	15
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	
9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	18
<ul> <li>10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS</li> <li>11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</li> <li>12. OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER</li> <li>13. OUTROS PASSIVOS</li> <li>14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS</li> <li>15. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR</li> </ul>	
<ul> <li>11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</li></ul>	19
<ul> <li>12. OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER</li></ul>	
13. OUTROS PASSIVOS	20
14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	21
14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	22
	22
16 PATRIMÔNIO LÍOLIDO	23
TO. TATMINONIO LIQUIDO	24
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	
18. CLASSIFÍCAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27

## **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita líquida	3	35.930	38.621
Custos dos serviços Custos de operação	4	(12.631) (12.631)	<b>(13.006)</b> (13.006)
Lucro bruto		23.299	25.615
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	74 (4.202)	(95) (559)
Lucro operacional		19.171	24.961
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Outros resultados financeiros, líquidos	5 5 5	1.456 (188) (4) <b>1.264</b>	2.585 (184) (8) <b>2.393</b>
Lucro antes dos tributos		20.435	27.354
Tributos sobre o lucro Corrente Diferido	6 6	(1.726) (1.859) 133	(2.097) (2.199) 102
Lucro líquido do exercício		18.709	25.257
Lucro básico e diluído por ação – R\$:		0,30	0,40

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	18.709	25.257
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	18.709	25.257

## **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.709	25.257
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	131	-
Tributos sobre o lucro	1.726	2.097
Resultado financeiro, líquido	(1.264)	(2.393)
Perda na baixa de ativos contratuais	2.199	2.572
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	616	(1.279)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(4.062)	744
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	701	1.526
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	543	20
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	6.871	(235)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(402)	(884)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(382)	69
Outros ativos e passivos, líquidos	1.262	(245)
Caixa líquidos oriundo das operações	26.648	27.249
Encargos de dívidas pagos	(54)	(87)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	1.383	2.507
Tributos sobre o lucro pagos	(1.429)	(1.308)
Caixa oriundo das atividades operacionais	26.548	28.361
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.100)	(442)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(1.100)	(442)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(508)	(727)
Dividendos pagos aos acionistas	(45.477)	(6.658)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(45.985)	(7.385)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(20.537)	20.534
Caixa e equivalentes no início do exercício	51.746	31.212
Caixa e equivalentes no final do exercício	31.209	51.746

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.209	51.746
Contas a receber de clientes e outros	8	4.140	4.706
Outros tributos a recuperar	Ū	2	60
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	19.367	18.661
Outros ativos	•	379	183
Total do circulante		55.097	75.356
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		333	476
Depósitos judiciais	14	1.190	786
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	149.752	148.595
Imobilizado		1.129	93
Intangível		282	349
Total do não circulante		152.686	150.299
Total do ativo		207.783	225.655
Passivo			
Circulante		0.404	0.440
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	3.124	2.419
Empréstimos e financiamentos	11	203	511
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	15	563	20
Tributos sobre o lucro a recolher	6.3	317	289
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	12	876	537
Dividendos a pagar	16.2 13	244	125
Outros passivos	13	1.637	265
Total do circulante		6.964	4.166
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	536	737
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	12	6.845	514
Tributos sobre o lucro diferidos	6.2	5.018	5.151
Provisões	14	796	740
Outros passivos	13	165	1
Total do não circulante		13.360	7.143
Patrimônio líquido	16		
Atribuído aos acionistas da Companhia		187.459	214.346
Total do patrimônio líquido		187.459	214.346
Total do passivo e do patrimônio líquido		207.783	225.655

## **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva	de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	33.085	6.617	156.052	-	-	195.754
Lucro líquido do exercício Destinação do lucro:	-	-	-	25.257	-	25.257
Dividendos intermediários (nota 16.2) Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	(6.665) (18.592)	- 18.592	(6.665) -
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.085	6.617	156.052		18.592	214.346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.709	-	18.709
Distribuição de dividendos (nota 16.2) Destinação do lucro:	-	-	(16.030)	-	(18.592)	(34.622)
Dividendos intermediários (nota 16.2)	-	-	-	(10.974)		(10.974)
Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	(7.735)	7.735	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.085	6.617	140.022		7.735	187.459

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Receitas Serviços de transmissão de energia e outros 42.470	41.866 (95)
Serviços de transmissão de energia e outros 42.470	(95)
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa 74	
42.544	41.771
Insumos adquiridos de terceiros Materiais, serviços de terceiros e outros (11.508)	(13.498)
Valor adicionado líquido produzido 31.036	28.273
Depreciação e amortização (131)	-
Valor adicionado líquido produzido 30.905	28.273
Valor adicionado recebido em transferência	0.505
Receitas financeiras 1.456	2.585
Valor adicionado total a distribuir 32.361	30.858
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	
Remunerações (incluindo férias e 13º salário) 2.650	26
Benefícios 1.339 Encargos sociais (exceto INSS) 559	9
Encargos sociais (exceto INSS)5594.548	35
4.040	33
Impostos, taxas e contribuições	
Tributos sobre o lucro 1.726	2.097
PIS/COFINS sobre faturamento 1.470	1.556
INSS (sobre folha de pagamento) 382	-
Obrigações intra-setoriais 5.055	1.669
Outros173	(65)
8.806	5.257
Financiamentos	400
Juros e variações monetárias 192 Aluguéis 106	192 117
298	309
Remuneração de capitais próprios	303
Dividendos intermediários distribuídos 10.974	6.665
Dividendos adicionais propostos 7.735	18.592
18.709	25.257
Valor adicionado distribuído 32.361	30.858

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

Através da resolução autorizativa nº 8.949, publicada no dia 9 de junho de 2020, a Companhia foi autorizada a implantar reforços nas instalações da linha de transmissão de Funil – Poções II com alteração da tensão de operação da linha de 138Kv para 230Kv, com expectativa de conclusão da obra no início de 2022 e Receita Anual Permitida (RAP) adicional, que se inicia a partir da entrada em operação comercial, está prevista no montante de R\$2.310.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2020/2021 é de R\$40.283 (R\$42.732 para o ciclo 2019/2020).

## 1.1. Corona vírus ("Covid-19")

#### a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

## b) Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

#### c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

(i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (R\$246) e FGTS (R\$179), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$425. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) doação de aparelhos respiratórios e máscaras;
- (ii) de forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.

#### 1.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades dada Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

## 1.2.1. Gestão de riscos financeiros

#### Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados
  e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco
  cambial:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas préfixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

## 1.2.2. Gestão de risco de mercado

#### Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

## Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação

## 1.2.3. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 11.2).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11.2.b).

## 1.2.4. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

## Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

## Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1		AA
Itaú	A1	AAA	AAA

## 1.3. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/20 a 31/05/21	353.310
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/20 a 31/05/21	100.000
Veículos - operacional	31/05/20 a 31/05/21	700

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 8 de fevereiro de 2021.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

## 2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.1.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

## Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 6.2 Tributos sobre o lucro diferidos
- 8 Perdas de crédito esperadas
- 9 Concessão do serviço público (ativo contratual)
- 14 Provisão para processos judiciais
- 18.2 Estimativa de valor justo de ativos financeiros

#### 2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 2.5.1. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de	Estabelece novos requerimentos para	01/01/2020
Negócios.	determinar se uma transação deve ser	
3	reconhecida como uma aquisição de	
	negócio ou como uma aquisição de	
	ativos.	
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos	Inclusão de exceções temporárias aos	01/01/2020
Financeiros; FRS 7 / CPC 40:	requerimentos atuais da contabilidade de	
Instrumentos Financeiros –	hedge para neutralizar os efeitos das	
Evidenciação e IAS 39 / CPC 38:	incertezas causadas pela reforma da taxa	
Instrumentos Financeiros –	de juros referenciais (IBOR).	
Reconhecimento e Mensuração.	,	
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das	Altera a definição de "material",	01/01/2020
Demonstrações Contábeis e IAS 8	estabelecendo que uma informação é	
/ CPC 23: Políticas Contábeis,	material se a sua omissão, distorção ou	
Mudança de Estimativa e	obscuridade puder influenciar	
Retificação de Erros.	razoavelmente a tomada de decisão dos	
•	usuários das demonstrações contábeis.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Norma		Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 16 / CPC 06 (I Arrendamentos.	2):	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

## 2.5.2.Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

## 3. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

2020	2019
14.425	14.611
16.535	16.960
6.630	6.188
4.880	4.107
42.470	41.866
(6.540)	(3.245)
35.930	38.621
	14.425 16.535 6.630 4.880 42.470 (6.540)

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2020	2019
Impostos e contribuições		
PIS e Cofins correntes	(1.633)	(1.556)
PIS e Cofins diferidos	163	-
Imposto sobre Serviços – ISS	(15)	(20)
	(1.485)	(1.576)
Encargos setoriais		
Reserva global de reversão - RGR	(1.134)	(914)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(2.191)	(141)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(380)	(393)
Encargos do consumidor – PROINFA	(1.206)	(60)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica -TFSEE	(144)	(161)
	(5.055)	(1.669)
Total	(6.540)	(3.245)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 3.1. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração do ativo contratual é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações).

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- II. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%a.a. e 11,5%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

#### 4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020			
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	
Pessoal	(2.107)	(2.823)	(4.930)	
Material	(1.785)	-	(1.785)	
Serviços de terceiros	(5.894)	(843)	(6.737)	
Perda na desativação de bens	(2.199)	· , , , -	(2.199)	
Depreciação e amortização	(59)	(72)	` (131)	
Outros custos e despesas	(587)	(464)	(1.051)	
Total custos / despesas	(12.631)	(4.202)	(16.833)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

		2019			
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total		
Pessoal	(35)	-	(35)		
Material	(2.438)	-	(2.438)		
Serviços de terceiros	(7.234)	(545)	(7.779)		
Perda na desativação de bens	(2.572)	` <del>-</del>	(2.572)		
Provisão para contingências	` <del>-</del>	(4)	(4)		
Outros custos e despesas	(727)	(10)	(737)		
Total custos / despesas	(13.006)	(559)	(13.565)		

A partir de dezembro de 2019 a Companhia passou a ter um quadro de funcionários para realização de atividades de operação e manutenção.

## 5. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.383	2.507
Outras receitas financeiras	73	78
	1.456	2.585
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(53)	(86)
Atualização de provisões para processos judiciais	(56)	(47)
Outras despesas financeiras	(79)	(51)
	(188)	(184)
Outros resultados financeiros, líquidos	, ,	, ,
Outras variações monetárias, líquidas	(4)	(8)
	(4)	(8)
Resultado financeiro, líquido	1.264	2.393

## 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

## 6.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020		2019	
	IR	CS	IR	CS
Receita da atividade	44.493	44.493	42.305	42.305
Presunção do tributo sobre o lucro	8%	12%	8%	12%
	3.559	5.339	3.384	5.076
Receita de serviço	291	291	275	275
Presunção do tributo sobre o lucro	32%	32%	32%	32%
	93	93	88	88
Base de cálculo presumida	3.652	5.432	3.472	5.164
Outras receitas	1.415	1.415	2.616	2.616
Base de cálculo para o tributo sobre o lucro	5.067	6.847	6.088	7.780
Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%	25%	9%
Tributo sobre o lucro no exercício	(1.267)	(616)	(1.522)	(700)
Adicional de tributo sobre o lucro	24	-	23	-
Tributo sobre o lucro diferidos - ativo contratual	86	47	66	36
Tributo sobre o lucro no resultado	(1.157)	(569)	(1.433)	(664)
	(1.72	26)	(2.09	7)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 6.2. Tributos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	2020		2019	
	Base de cálculo Tributo presumida diferido		Base de cálculo presumida	Tributo diferido
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	13.036	3.258	13.380	3.345
Contribuição social	19.554	1.760	20.071	1.806
Total		5.018		5.151

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

		2019
Saldo inicial do exercício	5.151	5.253
Efeitos reconhecidos no resultado	(133)	(102)
Saldo final do exercício	5.018	5.151

## 6.3. Tributos correntes passivos

	2020	2019
Imposto de renda – IR	187	107
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	130	182
Tributo sobre o lucro a recolher	317	289
Circulante	317	289

2020

2040

## 6.4. Política contábil e julgamentos críticos

## a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro passivo são reconhecidos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, sendo compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

#### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	47	27
Fundos de investimento	31.162	51.719
	31.209	51.746

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

#### 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020		2019			
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	4.422 4.422	(282) (282)	4.140 4.140	5.683 <b>5.683</b>	(977) (977)	4.706 4.706

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2020		20	19
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer Saldos vencidos:	4.110	(21)	4.634	(25)
90 dias	55	(11)	85	(17)
entre 91 e 180 dias	7	(3)	28	(5)
entre 181 e 360 dias	8	(5)	7	(1)
acima de 360 dias	242	(242)	929	(929)
	4.422	(282)	5.683	(977)

## 8.1. Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

		2013
Saldo inicial do exercício	(977)	(882)
Adições	(30)	(96)
Reversões	104	<u> </u>
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	621	-
Saldo final do exercício	(282)	(977)

2020

2019

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 8.2. Políticas contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

## b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

## 9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devido à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	167.256	170.572
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(18.661)	(17.704)
Remuneração do ativo contratual	16.535	16.960
Adições	6.188	-
Baixas	(2.199)	(2.572)
Saldo final do exercício	169.119	167.256
Circulante	19.367	18.661
Não circulante	149.752	148.595

## 9.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenham são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

#### 10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2020	2019
Materiais e serviços	3.124	2.419
Total	3.124	2.419

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### 11.1. Caixa líquido de dívida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

2020

2040

		2019
Agências de fomento	739	1.248
Empréstimos e financiamentos (nota 11.2(a))	739	1.248
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(31.209)	(51.746)
Caixa líquido de dívida	(30.470)	(50.498)

## 11.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

## a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2020	2019
Denominados em R\$ Indexados a taxas fixas	739 739	1.248 <b>1.248</b>
Passivo circulante	203	511
Passivo não circulante	536	737

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual da dívida por moeda são as seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI (1)	209,3%	99.5%
Custo médio em taxa Pré	5,7%	5,8%
Saldo da dívida	739	1.248

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

## b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal <sup>2</sup>	Juros <sup>2</sup>	Total
2021	201	38	239
2022	201	26	227
2023	201	14	215
2024	134	3	137
	737	81	818

(2) O fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.248	1.976
Efeito no fluxo caixa:		
Amortização de principal	(508)	(727)
Pagamento de encargo de dívida	(54)	(87)
Efeito não caixa:	, ,	, ,
Encargos incorridos	53	86
Saldo final do exercício	739	1.248

#### 11.3. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

#### 12. OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER

	2020	2019
Outros tributos a recolher		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	31	53
Programa de integração social – PIS (¹)	1.123	33
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (1)	5.184	151
Instituto nacional de seguridade social – INSS	51	74
Imposto sobre serviços – ISS	41	53
Impostos e contribuições retidos na fonte	29	48
Outros	239	58
	6.698	470

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Encargos setoriais a recolher		
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	25	31
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	672	514
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica – TFSEE	14	27
Ministério de minas e energia – MME	11	9
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	198	-
Encargos do consumidor – PROINFA	103	-
•	1.023	581
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.721	1.051
Circulante	876	537
Não circulante	6.845	514

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, registrados pela competência contábil na aplicação do CPC 47 (IFRS 15), que serão realizados até o término do contrato de concessão.

## 13. OUTROS PASSIVOS

		2020	2019
	Compartilhamento de pessoal (nota 17) Outros passivos	1.418 384 <b>1.802</b>	266 <b>266</b>
14.	Passivo circulante Passivo não circulante PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	1.637 165	265 1
		2020	2019
	Provisão para processos judiciais trabalhistas	796 <b>796</b>	740 <b>740</b>
	Passivo não circulante	796	740

## 14.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

## a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	740	689
Adições e reversões, líquidas	-	4
Atualizações monetárias	56	47
Saldo final do exercício	796	740

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

## b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2020	2019
Processos fiscais (i)	849	592
•	849	592

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) <u>Processos fiscais:</u> refere-se a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

#### c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2020	2019
Processos trabalhistas	397	211
Processos fiscais	793	575
	1.190	786

## 14.2. Política contábil e julgamentos críticos

## c) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

## d) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

## 15. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2020	2019
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	563	20
	<u>563</u>	20
Passivo circulante	563	20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## 16.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$33.085, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 63.085.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de m	nil ações	
Acionistas	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	55.416	87,84%	29.063
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,50%	2.812
Previ-Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	1.446	2,29%	758
Minoritários	862	1,37%	452
Total	63.085	100,00%	33.085

## 16.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas

## a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2020	2019
Lugra líquida da averaísia	10 700	25 257
Lucro líquido do exercício	18.709	25.257
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	63.085	63.085
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,30	0,40

## b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício Reserva legal Lucro líquido ajustado	18.709 - 18.709	25.257 - 25.257
Remuneração Remuneração mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado) Remuneração adicional	4.677 14.032 18.709	6.314 18.943 <b>25.257</b>
Natureza da remuneração		
Dividendos intermediários	10.974	6.665
Dividendos adicionais propostos	7.735	18.592
	18.709	25.257
Remuneração total por ação	0,30	0,40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Os valores pagos aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberado	Dividendos	Valor por ação
Valores pagos em 2019			
Primeira parcela – Dezembro	09/12/19	6.658_	0,11
Base líquida paga ao acionista		6.658	0,11
Valores pagos em 2020			
Primeira parcela – Agosto	29/07/20	34.528	0,55
Segunda parcela – Outubro	18/09/20	10.949	0,17
Base líquida paga ao acionista		45.477	0,72
A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como	segue:		
		2020	2019
Saldo em 1º de janeiro		125	118
Dividendos distribuídos (1)		34.622	-
Dividendos intermediários (2)		10.974	6.665
Dividendos pagos no exercício		(45.477)	(6.658)
Saldo em 31 de dezembro		244	125

- (1) Em julho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$18.592, e; (ii) a transferência de R\$16.030 da conta de reserva de lucros a realizar para a conta de reserva de lucros, bem como a distribuição de dividendos deste mesmo valor, totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$34.622, pagos no mês de agosto de 2020.
- (2) Em setembro de 2020 e em dezembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários nos montantes de R\$10.974 e R\$6.665, respectivamente, pagos nos meses de outubro de 2020 e dezembro de 2019, respectivamente.

## 16.3. Reservas de lucros

## a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

#### b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

### 16.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

## 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

Em 29 de julho de 2020 a Aneel aprovou, através de despacho, à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um custo incremental de R\$2.059.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

#### a) Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2020	2019
Ativo		
Contas a receber e outros	1.882	2.090
Outros ativos	197	-
	2.079	2.090
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	7	390
Dividendos a pagar	244	125
Compartilhamento de pessoal	1.418	-
	1.669	515

## b) Transações com partes relacionadas

2020			2019		
Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
cio					
17.826	-	17.826	17.661	-	17.661
(1.283)	-	(1.283)	-	-	-
(2.059)	-	(2.059)	(4.631)	-	(4.631)
-	(4)	(4)	-	(20)	(20)
14.484	(4)	14.480	13.030	(20)	13.010
	Neoenergia cio 17.826 (1.283) (2.059)	Subsidiárias Neoenergia           17.826         -           (1.283)         -           (2.059)         -           (4)	Subsidiárias Neoenergia cio         Acionistas         Total           17.826 (1.283)         - 17.826 (1.283)         - (1.283)           (2.059)         - (2.059)           - (4)         (4)	Subsidiárias Neoenergia cio         Acionistas         Total         Subsidiárias Neoenergia           17.826 (1.283)         -         17.826 (1.283)         17.661 -           (2.059)         -         (2.059)         (4.631)           -         (4)         (4)         -	Subsidiárias Neoenergia         Acionistas         Total         Subsidiárias Neoenergia         Acionistas           17.826 (1.283)         - 17.826 (1.283)         17.661 (1.283)

## c) Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

## 18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	20	2020		2019	
	CA	VJR	CA	VJR	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	47	31.162	27	51.719	
Contas a receber de clientes e outros	4.422	-	5.683	-	
Outros ativos financeiros	197	-	-	-	
	4.666	31.162	5.710	51.719	
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	3.124	-	2.419	-	
Empréstimos e financiamentos	739	-	1.248	-	
Outros passivos financeiros	1.709	12	189	-	
•	5.572	12	3.856		

CA - Custo amortizado

VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR - Valor justo por meio do resultado

#### 18.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7 – análise de sensibilidade.

## 18.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

2020

2019

2020	2010
Nível 2	Nível 2
31.162	51.719
31.162	51.719
	Nível 2 31.162

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 18.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

2020			2019		
	Saldo de justo contábil (nível 2)		Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	
	739	739	1 248	1 248	

Empréstimos e financiamentos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

#### 18.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

## (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do
  pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de
  negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

#### (ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

#### 18.6. Métodos e técnicas de avaliação

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 18.7. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,9%	31.162	592	(148)	(296)

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ARMANDO MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Presidente

#### **Titulares**

SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO ROGÉRIO ASCHERMANN MARTINS LEONARDO PIMENTA GADELHA FULVIO DA SILVA MARCONDES MACHADO

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Luis Alessandro Alves **Diretor Presidente** 

Leonardo Pimenta Gadelha

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Bruno Cavalcanti Coelho Diretor de Gestão de Pessoas

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure **Diretor de Regulação**  Eduardo Capelastegui Saiz **Diretor de Planejamento e Controle** 

## SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia CRC-RJ-091476/O-0